



## CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma

**LEI N° 3576/1990**

Ementa

**Regula a licença de escolas de educação pré-escolar particulares.**

Data da Norma

**13/07/1990**

Data de Publicação

**17/07/1990**

Veículo de Publicação

**Imprensa Oficial do Município-**

Matéria Legislativa

**[Projeto de Lei n° 5193/1990](#) - Autoria: Francisco de Assis Poço**

Status de Vigência

**Em vigor**

Observações

**Veto Parcial Mantido (inc. II do art. 2°.)**

**EDUCAÇÃO - escolas**

**FINANÇAS - licenças**

**Autor: FRANCISCO DE ASSIS POÇO**

Histórico de Alterações

Data da Norma

28/12/2004

06/12/2019

Norma Relacionada

[Lei n° 6496/2004](#)

[Lei Complementar n° 594/2019](#)

Efeito da Norma Relacionada

Alterada por

Revogada parcialmente por



*[Texto compilado – atualizado até a Lei Complementar nº 594, de 06 de dezembro de 2019]\**

**LEI N.º 3.576, DE 13 DE JULHO DE 1990**

Regula a licença de escolas de educação pré-escolar particulares.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ**, Estado de São Paulo, de acordo com o que decretou a Câmara Municipal em Sessão Ordinária realizada no dia 26 de junho de 1990, **PROMULGA** a seguinte Lei:

**Art. 1º.** A escola de educação pré-escolar particular funcionará mediante licença, na forma desta lei.

**Parágrafo único.** Considera-se escola referida no artigo a denominada escola infantil, escola-parque infantil, jardim-escola, jardim de infância, recanto infantil, escola de educação infantil, escola maternal ou de outra denominação, destinada a educação pré-escolar.

**Art. 2º.** A licença será expedida mediante prova de a escola atender estas especificações:

**I** – o professor terá especialização de 2º grau em pré-escola ou licenciatura em pedagogia;

**II** – *Vetado*;

**III** – os alunos:

**a)** serão agrupados segundo a idade;

**b)** não excederão a 24 por sala;

**IV** – a sala de aula terá:

**a)** 12 m<sup>2</sup>, no mínimo, e a cada aluno corresponderá 1 m<sup>2</sup> no mínimo;

**b)** ventilação natural, segundo as exigências próprias;

**c)** iluminação natural, zenital ou complementada pela fluorescente, prevenido o ofuscamento; ou iluminação artificial, mediante justificação técnica aceita pela autoridade competente;

**d)** piso de madeira, linóleo ou vulcanizado, vedado cimento;

**V** – o mobiliário de ensino terá:

**a)** mesas leves, em fórmica preferencialmente, à altura de 0,55 m, aproximadamente, com cantos arredondados e cor clara, adequadas para quatro alunos;

**b)** cadeiras leves, com assentos largos, vedada palha;

\* Esta compilação foi elaborada pela Câmara Municipal de Jundiaí para facilitar a consulta por municípios e demais interessados. Ela não substitui as leis publicadas na Imprensa Oficial do Município.



(Texto compilado da Lei nº 3.576/1990 – pág. 2)

**VI** – os corredores serão de fácil acesso, desimpedidos e iluminados segundo as exigências próprias;

**VII** – as escadas e rampas serão antiderrapantes, com corrimãos e proteção bilateral de altura de 0,70 m no mínimo;

**VIII** – as instalações sanitárias de adultos serão separadas por sexo, com no mínimo um lavatório para até 6 salas de aula e um vaso para até 10 salas de aula;

**IX** – as instalações sanitárias de alunos serão separadas por sexo, em cada piso, com no mínimo um lavatório para até 40 alunos e um vaso para até 30 alunos, observado nas portas dos compartimentos vão inferior a 0,15 m e superior de 0,30 m;

**X** – os bebedouros serão de jato inclinado, separados de instalações sanitárias, na proporção de um para 100 alunos, adequados às suas alturas e devidamente conservados;

**XI** – as áreas de administração e de serviço atenderão às exigências próprias para locais de trabalho, no que couber;

**XII** – no caso de escola com período integral, as instalações para preparação e distribuição de alimentos e para repouso atenderão às exigências próprias.

**Art. 3º.** A prova referida no art. 2º consiste de certificado emitido pelo Secretário Municipal de Educação.

~~**Art. 4º.** A licença é válida por dois anos.~~ (Revogado pela [Lei Complementar n.º 594](#), de 06 de dezembro de 2019)

~~**Parágrafo único.** Constatado, pela Secretaria Municipal de Educação, descumprimento de qualquer especificação, a licença será suspensa.~~ (Revogado pela [Lei Complementar n.º 594](#), de 06 de dezembro de 2019)

~~**Art. 5º.** Caso não preencha as especificações do art. 2º, a escola pode funcionar mediante autorização transitória, válida por 180 dias improrrogáveis.~~ (Revogado pela [Lei Complementar n.º 594](#), de 06 de dezembro de 2019)

**Art. 6º.** A escola que nesta data esteja funcionando em desacordo com as especificações do art. 2º, atendê-las-á no prazo de dois anos, a contar desta data, sob pena de cancelamento da licença então vigente.

**Art. 6º-A.** A licença ou a autorização provisória será afixada em local de fácil visualização por pais ou responsáveis dos alunos. (Acrescido pela [Lei n.º 6.496](#), de 28 de dezembro de 2004)

**Art. 7º.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei 3.363, de 21 de março de 1989, e demais disposições em contrário.



*(Texto compilado da Lei nº 3.576/1990 – pág. 3)*

**WALMOR BARBOSA MARTINS**

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos da Prefeitura do Município de Jundiaí, aos treze dias do mês de julho de mil novecentos e noventa.

**TARCÍSIO GERMANO DE LEMOS**

Secretário Municipal de Negócios Jurídicos

\scpo



LEI Nº 3576 , DE 13 DE JULHO DE 1990

Regula a licença de escolas de educação pré-escolar particulares.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, de acordo com o que decretou a Câmara Municipal em Sessão Ordinária, realizada no dia 26 de junho de 1990, PROMULGA a seguinte --  
Lei:

Art. 1º - A escola de educação pré-escolar particular funcionará mediante licença, na forma desta lei.

Parágrafo único - Considera-se escola referida no artigo a denominada escola infantil, escola-parque infantil, jardim-escola, jardim de infância, recanto infantil, escola de educação infantil, escola maternal ou de outra denominação, destinada a educação pré-escolar.

Art. 2º - A licença será expedida mediante prova de a escola atender estas especificações:

I - O professor terá especialização de 2º grau em pré-escola ou licenciatura em pedagogia;

II - Vetado;

III - Os alunos:

- a) serão agrupados segundo a idade;
- b) não excederão a 24 por sala.

IV - a sala de aula terá:

- a) 12 m<sup>2</sup>, no mínimo, e a cada aluno corresponderá 1m<sup>2</sup> no mínimo;
- b) ventilação natural, segundo as exigências próprias;
- c) iluminação natural, zenital ou complementada pela fluorescente, prevenido o ofuscamento; ou iluminação artificial, me



diante justificação técnica aceita pela autoridade competente.

d) piso de madeira, linóleo ou vulcanizado, vedado cimento.

V - o mobiliário de ensino terá:

a) mesas leves, em fórmica preferencialmente, à altura de 0,55 m. aproximadamente, com cantos arredondados e cor clara, adequadas para quatro alunos;

b) cadeiras leves, com assentos largos, vedada palha.

VI - os corredores serão de fácil acesso, desimpedidos e iluminados segundo as exigências próprias;

VII - as escadas e rampas serão antiderrapantes, com corrimãos e proteção bilateral de altura de 0,70 m. no mínimo;

VIII - as instalações sanitária de adultos serão separadas - por sexo, com no mínimo um lavatório para até 6 salas de aula e um vaso para até 10 salas de aula;

IX - as instalações sanitárias de alunos serão separadas - por sexo, em cada piso, com no mínimo um lavatório para até 40 alunos e um vaso para até 30 alunos, observado nas portas dos compartimentos vão inferior a 0,15m. e superior de 0,30 m.;

X - os bebedouros o serão de jato inclinado, separados de instalações sanitárias, na proporção de um para 100 alunos, adequados à suas alturas e devidamente conservados;

XI - as áreas de administração e de serviço atenderão às exigências próprias para locais de trabalho, no que couber:

XII - no caso de escola com período integral, as instalações para preparação e distribuição de alimentos e para repouso atenderão às exigências próprias.

Art. 3º - A prova referida no art. 2º consiste de certificado emitido pelo Secretário Municipal de Educação.



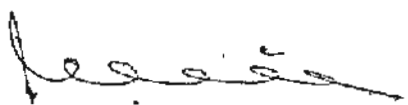
Art. 4º - A licença é válida por dois anos.

Parágrafo único - Constatado, pela Secretaria Municipal de Educação, descumprimento de qualquer especificação, a licença será suspensa. —


Art. 5º - Caso não preencha as especificações do art. 2º, a escola pode funcionar mediante autorização transitória, válida por 180 dias improrrogáveis.

Art. 6º - A escola que nesta data esteja funcionando em desacordo com as especificações do art. 2º, atendê-las-á no prazo de dois anos, a contar desta data, sob pena de cancelamento da licença então vigente.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei 3.363, de 21 de março de 1989, e demais disposições em contrário.

  
(WALMOR BARBOSA MARTINS)  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos da Prefeitura do Município de Jundiá, aos treze dias do mês de julho de mil novecentos e noventa.

  
(TARCÍSIO GERMANO DE LEMOS)  
Secretário Municipal de Negócios  
Jurídicos